



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Centro de Capacitação e Pesquisas em Projetos Sociais
Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas

Inclusão Social e Qualificação Profissional em
Projetos de Inclusão Digital

César Augusto Marx

Belo Horizonte

2012

César Augusto Marx

**Inclusão Social e Qualificação Profissional em
Projetos de Inclusão Digital**

Monografia apresentada ao Centro de Capacitação e Pesquisas em Projetos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

Prof. Eliéser de Freitas Ribeiro - Orientador

Belo Horizonte

2012

Inclusão Social e Qualificação Profissional em Projetos de Inclusão Digital

Por

César Augusto Marx

Monografia aprovada para obtenção do título de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, pela Banca examinadora formado por:

RESUMO

O presente trabalho discute como o Projeto Computadores para Inclusão está contribuindo para a qualificação profissional de jovens, sujeitos à vulnerabilidade social, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Inicialmente, são discutidas algumas questões relacionadas à inclusão social e a necessidade de todos os cidadãos terem a possibilidade de acessarem os postos de trabalho que são oferecidos no mercado de trabalho. Sendo assim, um país é considerado desenvolvido quando apresenta altos indicadores de desenvolvimento humano. Por outro lado, a sociedade é considerada justa, quando oferece iguais oportunidades para que cidadãos provenientes de diferentes classes sociais tenham acesso às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

O Projeto Computadores para Inclusão é um projeto do Ministério das Comunicações que tem como objetivo principal promover a inclusão digital e a capacitação profissional de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa foi realizada tomando como escopo as atividades de qualificação profissional desenvolvidas no Centro de Recondicionamento de Computadores de Belo Horizonte em 2011. Foram realizadas entrevistas com 41 egressos do projeto, sendo identificado que 36 estavam trabalhando, o que representa uma taxa de inserção de 87,80%.

Os estudos realizados analisaram como o Estado, mediante a implementação de uma política de qualificação profissional pode oferecer oportunidades a jovens de baixa renda, sujeitos à vulnerabilidade social e contribuir para interrupção de ciclos intergeracionais de pobreza, pois esses jovens terão oportunidade de conseguir melhores oportunidades de trabalho que seus pais tiveram e assim, poderão garantir uma melhor formação educacional para seus filhos.

ABSTRACT

The present text make a discussion about how the Project Computers for Inclusion is contributing to the professional qualification of young people, subject to social vulnerability, allowing their insertion in the labor market.

Firstly, we make a discussion about some of the issues related to social inclusion and the need for all citizens have the possibility to access the jobs that are offered in the labor market. Thus, a country is considered developed when it presents high indicators of human development.

The Project Computers for inclusion is a project of the Ministry of Communications of Brazil that has as main objective to promote digital inclusion and the professional qualification for low-income youth in situation of social vulnerability.

The research was carried out by taking as scope the activities of professional qualification developed in the Center of Reconditioning of Computers of Belo Horizonte in 2011. Interviews were conducted with 41 graduates of the project being specified timescale that 36 were working, which represents a rate of insertion of 87.80 %.

Studies have analyzed as the State, through a policy of vocational qualification can offer opportunities to young people from low income, subject to social vulnerability and contribute to interruption of intergenerational cycles of poverty, because these young people will have the opportunity to achieve better work opportunities that their parents had and thus, can ensure a better education for their children.

LISTA DE SIGLAS

AMAS - Associação Municipal de Assistência Social

BH – Belo Horizonte

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CRC – Centro de Recondicionamento de Computadores

MC – Ministério das Comunicações

PCI – Projeto Computadores para Inclusão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO	12
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO E INTERSETORIALIDADE.....	17
2.3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL	23
2.3.1 INCLUSÃO DIGITAL E ACESSO À EDUCAÇÃO	29
2.4 O PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO	30
2.5 REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	34
3 RESULTADO DA PESQUISA.....	35
3.1 O PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO EM BELO HORIZONTE	35
3.2 CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.....	37
3.2.1 RESULTADOS APONTADOS PELAS ENTREVISTAS	45
Curso.....	46
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
5. BIBLIOGRAFIA.....	53

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho temo como objetivo discutir como o Projeto Computadores para Inclusão está contribuindo para a qualificação profissional de jovens, possibilitando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Com isso, pretende-se demonstrar como o Estado mediante uma política de qualificação eficiente pode oferecer oportunidades a jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e contribuir para interrupção de ciclos intergeracionais de pobreza.

O Projeto Computadores para Inclusão é um projeto do Ministério das Comunicações que tem como objetivo principal promover a inclusão digital e a qualificação profissional de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social.

O Projeto funciona nos Centros de Recondicionamentos de Computadores, onde são realizadas oficinas, cursos, treinamentos e outras atividades formativas com foco no recondicionamento e manutenção de equipamentos de informática, bem como na conscientização ambiental sobre os resíduos eletroeletrônicos.

Os Centros de Recondicionamento de Computadores selecionam jovens de baixa renda que recebem qualificação profissional, contribuindo para sua inserção no mercado de trabalho. A população participa do projeto com doações dos equipamentos que são utilizados no recondicionamento de computadores.

Os computadores recondicionados são doados a instituições sociais que desenvolvem projetos de inclusão digital, permitindo que pessoas carentes tenham acesso a tecnologias da informação.

Atualmente existem sete centros de recondicionamentos de computadores no Brasil sendo beneficiados com recursos do Ministério das Comunicações. O primeiro Centro de

Recondicionamento de Computadores do Projeto Computadores para Inclusão, foi criado em 2006, em Porto Alegre-RS. Em 2007, foram inaugurados os CRCs Gama, em Brasília-DF, e Oxigênio, em Guarulhos-SP e em 2009, a unidade de Recife-PE. As unidades da Bahia e Pará foram criadas em 2010. A unidade de Belo Horizonte-MG começou a funcionar em junho de 2008, na Associação Municipal de Assistência Social – AMAS situada na Rua José Clemente Pereira, nº 440, Bairro Ipiranga, onde foram realizadas as pesquisas deste trabalho.

Apesar do Projeto Computadores para Inclusão apresentar impactos em três áreas (inclusão digital, qualificação profissional e redução de impactos ambientais), as análises desta pesquisa limitaram-se às questões relacionadas à qualificação profissional de jovens, verificando-se em que medida as atividades de qualificação profissional estão contribuindo para a inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho. Trata-se de uma pesquisa exploratória que visa esclarecer os fatores que contribuíram para o atingimento de um dos objetivos do projeto computadores para inclusão, à criação de oportunidades de formação educacional e profissional e de inserção no mercado de trabalho para jovens de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social.

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, foi realizado Estudo de Caso sobre o Centro de Recondicionamento de Computadores localizado no município de Belo Horizonte e mantido pela Associação Municipal de Assistência Social.

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica em artigos e trabalhos acadêmicos relacionados aos temas inclusão digital, inclusão social, qualificação profissional, inserção de jovens no mercado de trabalho, intersetorialidade das políticas públicas e avaliação de programas sociais. Além disso, foi realizada pesquisa documental sobre o Projeto Computadores para Inclusão em documentos produzidos pelo Ministério das Comunicações.

Além da documentação indireta, foi utilizada como técnica, a documentação direta, com a realização de pesquisa de campo. Utilizou-se a observação direta intensiva mediante a realização de entrevistas estruturadas com jovens egressos do projeto.

A pesquisa foi realizada tomando como escopo as atividades de qualificação profissional realizadas pelo Centro de Recondicionamento de Computadores de Belo Horizonte – CRC-BH no exercício de 2011.

O Centro de Recondicionamento de Computadores – CRC não possui informações acerca da inserção dos jovens egressos do projeto no mercado de trabalho. Para se obter o percentual dos jovens que foram inseridos no mercado de trabalho foram realizadas entrevistas para identificar se os egressos estavam trabalhando.

A partir daí, foi utilizado o modelo não experimental antes-depois para se verificar a situação de empregabilidade do jovem antes de ingressar no projeto e após sua saída do projeto.

Na primeira parte deste trabalho serão discutidas algumas questões relacionadas à desenvolvimento e inclusão social. São apresentados alguns estudos que defendem a necessidade de haver maior igualdade social e que as oportunidades sejam oferecidas a todos os cidadãos. O debate se dá torno da necessidade dos cidadãos menos favorecidos terem condições de acessar as oportunidades oferecidas no mercado de trabalho, assim como aqueles que pertencem a classes econômicas mais ricas. Além disso, é dado o destaque para o fato de que uma sociedade justa é também uma sociedade com menos desigualdades sociais.

Nesse contexto, as políticas de qualificação profissional, voltadas para as classes menos favorecidas são colocadas como instrumentos de uma política pública distributiva que contribuem para permitir que cidadãos mais pobres possam adquirir uma formação profissional que lhes assegure melhores condições de acessarem os postos oferecidos no mercado de trabalho.

Posteriormente, o Projeto Computadores para Inclusão é situado dentro do contexto das políticas de inclusão digital desenvolvidas pelo Governo Brasileiro. Nessa parte, discute-se como a política de inclusão digital está relacionada também ao acesso de outros direitos da cidadania.

Por fim, são realizadas análises do projeto desenvolvido no Centro de Recondicionamento de Computadores de Belo Horizonte. São apresentados dados sobre o projeto e também os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com os egressos do projeto.

Essas análises têm como foco os resultados obtidos das entrevistas realizadas com 41 jovens egressos do projeto em 2011.

Apesar da importância do impacto que o projeto exerce na redução do lixo eletrônico e na conscientização ambiental da população e dos jovens, não foi objeto de estudo os impactos gerados nessa área.

Também a promoção da inclusão digital, mediante a doação de equipamentos a projetos de inclusão digital não foi o foco da pesquisa. O foco da pesquisa foi a contribuição que o projeto está dando à qualificação profissional de jovens e sua inserção no mercado de trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO

A desigualdade social e a pobreza constituem um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do país. A redução das desigualdades sociais é essencial para que o Brasil possa ser considerado uma potência econômica e ser respeitado como nação desenvolvida no plano internacional, pois atualmente, um país para ser considerado desenvolvido, precisa não apenas apresentar bons números macroeconômicos, mas também apresentar elevados indicadores sociais que demonstrem um elevado grau de desenvolvimento humano.

Essa é uma nova concepção de desenvolvimento que contraria o critério adotado no passado, em que os países eram divididos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos levando-se em consideração apenas aspectos econômicos.

Essa concepção passa pelo entendimento de que uma sociedade desenvolvida é também uma sociedade justa, na medida em que oferece oportunidades para que todos os seus integrantes tenham acesso aos bens necessários à sua sobrevivência. Os países que apresentam elevados índices de desenvolvimento econômico e social têm uma estrutura de ensino que oferece educação de qualidade à maioria da população. Com isso, um maior percentual da população apresenta uma elevada escolaridade e possuem capacidade de se desenvolverem profissionalmente, tendo a possibilidade de se candidatarem a postos de trabalho mais especializados.

Nos países em que o Estado oferece educação de qualidade à população, pessoas de diferentes níveis econômicos e sociais tem a possibilidade de acessarem a postos de trabalho qualificados, pois receberam o mesmo nível de instrução que as demais.

No Brasil, a desigualdade social tem diminuído e cada vez mais pessoas de classes sociais menos favorecidas tem conseguido atingir postos de trabalho mais elevados. No passado, algumas profissões eram reservadas somente a filhos de pessoas que pertenciam a classes sociais mais ricas. A universalização do ensino e a gratuidade do ensino superior tem contribuído para mudar essa realidade.

É justo que todo cidadão tenha acesso à educação de qualidade e que possa adquirir uma formação profissional que lhe dê condições de se candidatar às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

Esse ideário de justiça foi defendido por diversos estudiosos, dentre eles, John Rawls, que em sua Teoria da Justiça afirmou que, numa sociedade justa deveriam estar presentes dois princípios: Primeiro, um sistema amplo de liberdades totais para todos os integrantes da sociedade. Segundo, que as desigualdades econômicas e sociais sejam ordenadas de modo que ofereçam o maior benefício possível a todos os membros da sociedade, em especial aos menos favorecidos e que os melhores cargos e posições sejam oferecidos de modo a permitir o acesso de igual forma a todos.

Philippe Van Parijs enfatizou a necessidade de haver um equilíbrio e que as desigualdades econômicas e sociais permitam que indivíduos menos favorecidos tenham capacidade de ascensão social e melhorem suas posições. Segundo ele, uma sociedade justa.

“requer a existência de instituições que impeçam uma concentração excessiva de riquezas e, a talentos e capacidades iguais, assegurem aos indivíduos saídos de todos os grupos sociais as mesmas oportunidades de acesso aos diversos níveis de educação.”¹

¹ VAN PARIJS, Philippe. O que é uma Sociedade Justa? São Paulo: Ática, 1997 {1990}. Pag. 72

Por isso, o Estado precisa criar instituições que promovam a acesso a educação e formação profissional a grupos sociais menos favorecidos, como forma de incluí-los no mercado de trabalho e ampliando-lhes o exercício da cidadania.

Nas palavras de Ricard Gomà

“a inclusividade como horizonte propõe uma sociedade onde as pessoas, todas elas cidadãs e cidadãos de pleno direito, possam ter acesso a aqueles mecanismos de desenvolvimento humano e inserção em redes sociais que lhes permitam desenvolver seus projetos vitais em condições de máxima liberdade e igualdade, na ausência de relações sociais de dominação, em um contexto gerador de autonomia e de reconhecimento da diversidade.”²

Essa questão da ampliação das liberdades, como indicador do desenvolvimento também é defendida por Amartya Sen³ que considera que o desenvolvimento é um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para ele, além da renda, as desigualdades de vantagens individuais e liberdades substantivas devem ser consideradas.

Amartya Sen entende que a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Por isso, a avaliação do progresso tem de ser feita verificando se houve aumento das liberdades das pessoas.

Amartya Sem afirma que a liberdade desempenha um papel constitutivo e instrumental no desenvolvimento.

O papel constitutivo refere-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. Essas liberdades substantivas abrangem as capacidades elementares, tais como, ter condições de evitar privações de fome, subnutrição, morte prematura e outras como saber ler e escrever, participação política e liberdade de expressão.

² GOMÀ, Ricardo. Processos de exclusão e políticas de inclusão social: algumas reflexões conceituais. In: Gestão social: o que há de novo?/ organização Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. 2v.: il.

³ SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O papel instrumental da liberdade, segundo Amartya Sen, refere-se ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e entitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e para o desenvolvimento.

Nesse sentido, cabe ao Estado implementar políticas públicas que ofereçam condições às pessoas que não tem meios de financiarem uma educação privada e de adquirirem formação educacional e profissional que lhes permitam o acesso ao mercado de trabalho.

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado no cenário internacional devido aos altos índices de crescimento econômico, em meio a um cenário de crise e desaceleração econômica das tradicionais potências econômicas.

Ao lado desse elevado crescimento econômico, o Brasil tem apresentado melhorias nos indicadores sociais, que denotam uma melhoria na qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais.

Essa redução das desigualdades sociais no Brasil se deve à estabilização econômica, com a redução do processo inflacionário crônico que corroía os salários das classes menos favorecidas e também aos grandes investimentos em programas sociais feitos pelo Governo, em especial em programas de transferência direta de renda.

Esses programas têm como vantagem atingir diretamente os beneficiários sem a existência de intermediários. Entretanto, eles ainda recebem críticas devido ao caráter assistencialista que podem assumir se não forem conjugados com uma série de medidas voltadas para o desenvolvimento social dos beneficiários, possibilitando-lhes aumento da capacidade de geração de renda e melhoria nas condições de educação e saúde. Tais medidas precisam contribuir para que os beneficiários dessas políticas se desenvolvem como cidadãos, serem incluídos no mercado de trabalho e não se tornarem eternos dependentes do Poder Público.

Ao lado do enfrentamento da pobreza, a melhoria da qualidade da força de trabalho dos brasileiros, apresenta como um dos grandes desafios nesse contexto de crescimento do país. O mercado brasileiro em expansão requer a existência de trabalhadores qualificados capazes de responderem às demandas do mercado emergente. A conjugação dessas duas questões em programas sociais que tenham como objetivo oferecer qualificação profissional a pessoas sujeitas à vulnerabilidade social pode contribuir para a melhoria da qualidade da força de trabalho, redução das desigualdades sociais e econômicas e para a formação de uma sociedade mais justa, na qual todos os cidadãos tenham a oportunidade de acesso à bens essenciais.

O Estado tem um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e econômicas e na construção de uma sociedade mais justa, na qual todos tenham iguais oportunidades de acesso aos direitos da cidadania.

A implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional e geração de renda para pessoas menos favorecidas, constitui um importante mecanismo de redução das desigualdades e ampliação das capacidades de geração de renda e colocação no mercado de trabalho de pessoas que antes não possuíam qualificação profissional.

As elevadas taxas de crescimento econômico e aquecimento do mercado de trabalho no Brasil tem sido acompanhado de uma elevada escassez de mão de obra qualificada. Esse fato se deve à falta de investimentos em educação e da criação de políticas públicas voltadas para a formação profissional do trabalhador.

Cabe ao Estado estabelecer políticas públicas que atendam às necessidades do mercado de trabalho brasileiro e que possibilite que um maior número de cidadãos tenha acesso ao mercado de trabalho de modo a garantir-lhes renda mínima.

Promover a inserção de pessoas no mercado de trabalho é promover a inclusão social de pessoas que não estavam tendo acesso aos direitos básicos da cidadania.

Por isso, as políticas de qualificação profissional precisam ser concebidas sob a ótica da inclusão social. Programas e Projetos dessa natureza precisam levar em consideração as vulnerabilidades sociais presentes na vida das pessoas que participam do processo de qualificação profissional.

Edgar Pontes de Magalhães atenta para o fato de que as estratégias de inclusão social devem levar em consideração os diferentes tipos de vulnerabilidade de capacidade dos indivíduos:

“Tanto em casos individuais como quando se consideram famílias ou coletividades, as estratégias de inclusão devem analisar os diferentes graus e tipos de vulnerabilidade, mas também de capacidades existentes. São as diferentes capacidades que permitem explicar por que indivíduos e famílias, vivendo em ambientes similares (geralmente vilas ou favelas) e com baixos graus de renda e escolaridade, podem estar em diferentes posições com respeito a dimensões de inclusão.”

Isso explica porque pessoas que participaram de um mesmo projeto que visava à inclusão social não obtiveram o mesmo grau de sucesso que os demais participantes.

O Projeto Computadores para Inclusão tem como fator de sucesso a efetiva inserção dos egressos no mercado de trabalho. Entretanto, a possível identificação de um grande número de egressos que não foram inseridos no mercado de trabalho pode estar relacionada a outros fatores e não necessariamente a deficiências do projeto. Esses fatores compreendem a estrutura familiar, formação educacional e até fatores motivacionais e psicológicos.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO E INTERSETORIALIDADE

A intervenção do estado no setor social se dá mediante a elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo reduzir a pobreza e minimizar os impactos da desigualdade social. Essas políticas têm natureza distributiva, pois aplicam recursos em áreas

cujos beneficiários são provenientes das classes mais pobres da população. O remanejamento de recursos arrecadas das classes econômicas mais ricas para a aplicação em serviços da assistência social, contribuiu para a redução das desigualdades sociais. Cabe ao Estado implementar políticas públicas que efetivamente contribuam para o fortalecimento da sua função distributiva.

O Projeto Computadores para Inclusão situa-se nesse contexto, podendo ser citado como exemplo de política pública que contribui para a redução das desigualdades sociais, na medida em que contribui para que jovens carentes melhorem suas condições de empregabilidade e tenham acesso a melhores rendas.

Celina Souza⁴ define política pública como sendo o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Segundo a autora, a formulação de políticas públicas seria o estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

O caráter estatal é um elemento essencial do conceito de política pública. Segundo

Ruas

“as políticas públicas são compromissos do Estado com os direitos econômicos, políticos e sociais, culturais do cidadão e compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. O caráter público da política está relacionado ao seu caráter imperativo, ou seja, são ações e decisões revestidas da autoridade soberana do poder público.”⁵

⁴ **SOUZA**, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

⁵ **RUA**, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: O estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Sendo assim, uma política pública é sempre uma política, uma estratégia ou diretriz estabelecida pelo Estado. Muitas entidades privadas desenvolvem atividades em áreas de interesse público, como por exemplo, as entidades beneficentes da assistência social. Mas mesmo assim, suas atividades não podem ser consideradas política pública, a não ser que elas estejam atuando em parceria com o Estado, no desenvolvimento de algum programa governamental.

Este é o caso do Projeto Computadores para Inclusão que será estudado. O projeto é executado por uma associação privada sem fins lucrativos que firmou um convênio com a União para receber recursos públicos e executá-los de acordo com as diretrizes estabelecidas num programa governamental. Nesse sentido, as atividades exercidas por essa entidade fazem parte de uma política pública.

Mas quem decide qual será o conteúdo da política pública?

Luciano A. Prates Junqueira e Rose Marie Inojosa ⁶ afirmam que o caráter das políticas públicas e o foco da gestão social têm relação com o papel que a sociedade atribui ou reconhece ao Estado em cada momento histórico. Segundo ele, esse papel vai se dar em função do jogo político e das pressões sobre o aparato do Estado, que deve viabilizar a formulação e a implementação das políticas públicas, quer como regulador, quer como prestador de serviços públicos.

Paulo Carlos Du Pin Calmon e Marcelo Marchesini da Costa fizeram uma análise dos estudos sobre a formação da agenda das políticas públicas, no qual se reportam à Cobb and Elder que defendem que para um problema se tornar parte da agenda ele deve chamar a atenção do público. Ele explica que os problemas se tornam parte da agenda quanto mais

⁶ **JUNQUEIRA**, Luciano A. Prates e **INOJOSA**, Rose Marie. Descentralização e Intersetorialidade na Gestão das Políticas Públicas. IN: XI Concurso de Ensayos Del CLAD “Él tránsito de Lacultura burocrática al modelo de La gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”. Caracas, 1997.

abstratos, quanto mais importantes para a sociedade, quanto maior o impacto do seu problema, quanto mais fáceis e simples de serem compreendidos e se tiverem precedentes similares.⁷

Celine Souza ainda afirma que

“o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.”⁸

Sendo assim, para que a qualificação profissional de jovens entre para a agenda governamental, os diversos atores envolvidos no processo de formulação da política pública precisam tratar a questão da qualificação do mercado de trabalho como fundamental para o desenvolvimento da sociedade e identificar as reais necessidades do mercado de trabalho.

A inserção do jovem no mercado de trabalho é essencial para que ele se sinta integrado na sociedade. Maria Inês Caetano Ferreira⁹ realizou um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida num cenário de exclusão. Ela concluiu que a sociabilidade é medida pela moradia e pelo trabalho, que são as duas formas de sociabilidade, pois a participação dos indivíduos na sociedade se dá através desses elementos. Segundo ela, a forma como a população pobre é integrada ao mercado de trabalho, marcada com a ocupação de postos mal remunerados, com baixa qualificação, grande irregularidade e informalidade não garante a

⁷ CALMON, Paulo Carlos Du Pin; COSTA, Marcelo Marchesini da. *Análise de Políticas Públicas no Brasil: Estudos sobre a formação da Agenda Governamental*. XXXI EnANPAD, Rio de Janeiro. 2007

⁸ SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

⁹ FERREIRA, Maria Inês caetano. *A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade*. **Novos Estudos CEBRAP** Nº 63, julho 2002, pp 167-177.

proteção de direitos trabalhistas. Maria Inês acrescenta que se o trabalho é informal, ocasional e precário, a participação desse indivíduo na sociedade também é precária.

Por isso, projetos sociais que promovem a inserção de jovens no mercado de trabalho são importantes para que eles se sintam inseridos na sociedade.

Edgar Pontes de Magalhães ressalta que,

“nas duas últimas décadas do século XX, cresce o número dos excluídos, seja porque são afastados do mercado de trabalho, ou porque perdem renda e garantias que anteriormente haviam conquistado, ou ainda, porque nem chegam a se inserir no mercado de trabalho. Simultaneamente, os mecanismos de socialização, como escola e família, parecem incapazes de transmitir ou criar capacidades e valores necessários para a integração satisfatória de amplos segmentos populacionais nos processos de produção e consumo.”

Sendo assim, a inserção no mercado de trabalho é um fator essencial para a inclusão social, pois as pessoas dependem do trabalho para se sentirem inseridas e para terem acesso a uma série de direitos relacionados ao exercício da cidadania.

Nesse sentido, as políticas que visam promover a inclusão social precisam trabalhar com diversas questões relacionadas à inclusão como educação, saúde, assistência social, qualificação profissional, assumindo um caráter intersetorial.

A complexidade dos problemas sociais requer que sua solução seja trabalhada em conjunto com os diversos aspectos envolvidos. Tratar problemas sociais de forma fragmentada faz com que diversos órgãos atuem isoladamente em questões pontuais, sem combater o problema como um todo.

A intersetorialidade das políticas públicas refere-se a políticas que são geridas por mais de um setor, envolvendo vários órgãos públicos que trabalham de maneira compartilhada na gestão de um determinado projeto.

Para Menicucci, a intersectorialidade significa uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada como em geral são executadas as diversas ações públicas encapsuladas nos vários nichos setoriais que se sobrepõem às subdivisões profissionais ou disciplinares. Significa tanto um esforço de síntese de conhecimentos como de articulação de práticas, buscando unificar o modo de produção de conhecimento e as estratégias de ação tendo como meta inclusão social.

O Projeto Computadores para Inclusão, apesar de atuar em três áreas (meio ambiente, capacitação profissional e inclusão digital), não está sendo gerido de forma intersectorial, pois sua gestão ocorre no âmbito de um mesmo órgão. Com o projeto, o Ministério das Comunicações está atuando não apenas na área de inclusão digital, mas também nas áreas de meio ambiente e capacitação, que caberiam, em tese, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente.

Cabe discutir se não seria viável que a gestão desse projeto fosse compartilhada com outros órgãos. O projeto computadores para inclusão poderia ser tratado não apenas como uma política de inclusão digital, mas também como uma política de qualificação profissional de jovens e uma política de educação ambiental.

O Projeto Computadores para Inclusão foi elaborado com o estabelecimento de metas a serem atingidas nas áreas de formação profissional, com a capacitação de jovens, ambiental, com o recebimento do lixo eletrônico e na área de inclusão digital, com a doação de equipamentos a projetos de inclusão digital.

Mas todas essas atividades estão dentro de um mesmo programa, o Programa de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações.

2.3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

A questão da inclusão digital tem ganhado importância dentro da sociedade sendo reconhecida como um aspecto relevante no processo de exercício da cidadania e por isso entrou na agenda das políticas públicas.

No Brasil as políticas de inclusão digital são responsabilidade do Ministério das Comunicações, sendo concebidas como

“ferramentas para o exercício da cidadania, tendo como base o pressuposto de que, na sociedade em que vivemos, grande parte dos processos de escolha e de autonomia do indivíduo passam por sua interação com as Tecnologias da Informação e da Comunicação, mais especificamente pelos equipamentos, ferramentas, conteúdos e aplicativos conectados em rede que permitem o acesso à comunicação e à informação.”¹⁰

A inclusão digital está intrinsecamente ligada à inclusão das pessoas na sociedade e essa política deve estar centrada nas pessoas, conforme descrito no Documento Propositivo do Projeto Computadores para Inclusão:

A riqueza das experiências de formação alinha-se ao princípio fundamental de que a política pública para inclusão digital deve ser centrada nas pessoas, com investimento na capacitação de comunidades e indivíduos, de modo a viabilizar a real apropriação da tecnologia pelos cidadãos.¹¹

As políticas públicas formuladas pelo governo federal encontram-se prescritas no plano plurianual que reuni o conjunto de programas que serão implementados pelo governo num período de quatro anos.

¹⁰ Disponível em : <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas> acesso em 18/10/2012.

¹¹ **BRASIL. Ministério das Comunicações.** Projeto Computadores para Inclusão - Documento Propositivo. / Ministério das Comunicações– Brasília, DF: MC, 2012.

A política de Inclusão Digital do Governo Federal se efetivou com a criação do Programa de Inclusão Digital (Programa nº 1008) previsto no Anexo II da Lei nº 11.653, de 07/04/2008 que aprovou o Plano Plurianual.

O Programa de Inclusão Digital tem como objetivo promover a consolidação de uma sociedade do conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico.

Dentre as ações previstas no Programa de Inclusão Digital, foi criada a Ação 8532 - Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores, na qual se insere o Projeto Computadores para Inclusão.

A Ação Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores tem como finalidade

“coordenar e manter uma rede nacional de reaproveitamento de equipamentos de informática usados, a partir de oficinas descentralizadas de recondicionamento e adaptação, para oferta gratuita de computadores e periféricos em plenas condições operacionais e em configurações adequadas a telecentros comunitários, escolas públicas, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital.”

Essa Ação era gerida até 2011 pelo Ministério do Planejamento. Com a criação da Secretaria de Inclusão Digital, pelo Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, as ações do Programa de Inclusão Digital passaram a ser geridas pelo Ministério das Comunicações.

A Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações foi criada com a competência de formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital no âmbito do Governo Federal. Ela desenvolve ações de apoio a telecentros, a cidades digitais e a centros de recondicionamento de computadores, bem como a articulação de

políticas que envolvem a integração das ações de inclusão digital do governo federal e a articulação dessas políticas com as políticas sociais.

“São iniciativas que, em conjunto, fomentam a “Comunicação Comunitária”, contribuindo para potencializar nas comunidades um capital social que contribua para a efetivação do exercício pleno da cidadania, promovendo, em última instância, o desenvolvimento local, especialmente em áreas excluídas e de periferia.”¹²

A Lei Orçamentária Anual de 2011 destinou R\$ 2.100.000,00 para a manutenção de seis centros de condicionamentos de computadores.

O Projeto Computadores para Inclusão apesar de estar inserido na política de inclusão digital do Governo Federal constitui também uma política de qualificação profissional, pois tem promovido a inserção de jovens no mercado de trabalho. O Plano Plurianual reconhece a qualificação profissional como direito e como um bem de acesso universal e da Política Pública de Qualificação como uma responsabilidade do Estado e da sociedade.

Além da Ação Manutenção de Computadores, o Programa de Inclusão Digital é desenvolvido as seguintes ações:

- Articulação da Política de da área de Comunicações;
- Cidades Digitais;
- Redes Digitais de Cidadania;
- Telecentros.

Articulação da Política de da área de Comunicações

A ação Articulação da Política de da área de Comunicações compreende a articulação das políticas de inclusão digital por meio de eventos, parcerias e da institucionalização de uma agenda conjunta das ações federais e da integração com as políticas de inclusão social. Ela é responsável pela promoção do Fórum das Ações de Inclusão Digital do Governo Federal e da Oficina para Inclusão Digital, que reúne agentes públicos e a população para o debate sobre as políticas para o setor no país.

Sendo assim, essas ações buscam não apenas articular diferentes órgãos de diferentes níveis de governo, mas também promover a participação social na definição das políticas públicas de inclusão digital.

Neste trabalho, tem se abordado o carácter intersetorial e social presente nas políticas de inclusão digital. Por isso, é importante que o órgão governamental responsável pela política tenha uma ação específica voltada pra a articulação e fomento da participação social.

Cidades Digitais

O projeto Cidades Digitais busca promover maior eficiência na gestão pública, melhor atendimento ao cidadão e desenvolvimento local às cidades brasileiras, mediante a implantação de infraestrutura de conexão de rede entre os órgãos públicos, além da implantação de aplicativos, com o objetivo de melhorar a gestão e o acesso da comunidade aos serviços de governo.

¹² Disponível em: < <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas>> acesso em 18/10/2012.

O governo federal realiza um processo de chamamento público, do qual podem participar prefeituras e regiões administrativas do Distrito Federal.

As cidades selecionadas recebem softwares para os setores financeiro, tributário, de saúde e educação, e os servidores públicos serão capacitados no uso específico dos aplicativos e da rede, assim como nas Tecnologias de Informação e Comunicação.

O projeto também prevê a instalação de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito.

Redes Digitais de Cidadania

As Redes Digitais da Cidadania tem como objetivo promover a integração das políticas de inclusão digital às políticas sociais e, também, a articulação das políticas de inclusão digital federais às estaduais e distrital. Dessa forma, pretende-se criar uma rede nacional de instituições públicas para promover formação no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e qualificar o uso da internet em espaços públicos de acesso livre.

As Fundações de Apoio à Pesquisa são responsáveis pela seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico que serão beneficiados com recursos dessa ação. Esses projetos devem estar compreendidos nas seguintes linhas temáticas:

- Capacitação de técnicos e Gestores Municipais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Capacitação de micro e pequenas empresas no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Qualificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos espaços públicos de uso da internet;

- Tecnologias da Informação e Comunicação, direcionadas à Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar;
- Tecnologias da Informação e Comunicação, direcionadas à Cultura: preservação, promoção e acesso;
- Tecnologias da Informação e Comunicação direcionadas ao trabalho, emprego e renda.

Telecentros

Os telecentros são espaços de acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, disponíveis para acesso do cidadão.

Os telecentros oferecem cursos e atividades de promoção do desenvolvimento local e servem aos moradores das comunidades onde se encontram como um espaço de integração, de cultura e lazer. Cada Telecentro tem um monitor que dá apoio e assistência aos usuários.

Hoje no Brasil, existem telecentros espalhados pelas mais diversas localidades, inclusive em distritos localizados na zona rural.

Por meio desse programa, o Ministério das Comunicações fornece aos municípios um conjunto de equipamentos que fazem parte de um kit padrão composto por 11 computadores, mobiliário, impressoras e todos os recursos necessários à implantação do telecentro. O Município fica responsável pela adaptação e cessão do local onde será instalado o telecentro. Além disso, o Município se compromete a fornecer os meios necessários ao funcionamento do telecentro, como energia, água potável, segurança e um monitor para orientar os usuários.

O Ministério das Comunicações também oferece o sinal de acesso à internet via satélite para todos os telecentros implantados com recursos do programa.

Os telecentros são hoje um importante espaço de inclusão digital, especialmente pelo local onde eles são instalados. São locais muito precários e carentes, onde geralmente os moradores não tem acesso à internet nem existem outros lugares de acesso público, como *lan house*, pois os moradores não têm recursos para acarem com o acesso.

Muitos desses telecentros são utilizados no desenvolvimento de outros projetos de inclusão social, sendo oferecidos cursos profissionalizantes, informática para a terceira idade.

2.3.1 INCLUSÃO DIGITAL E ACESSO À EDUCAÇÃO

Com a ampliação do ensino à distância no Brasil, os projetos de inclusão digital tem dado uma grande contribuição para o acesso ao ensino.

Os responsáveis pelos telecentros nos municípios tem incentivado a população a realizarem cursos à distância, mediante a divulgação das oportunidades de qualificação e desenvolvimento educacional. Com a expansão do ensino à distância, esses espaços poderão contribuir enormemente para que moradores de regiões que não tem acesso à educação possam realizar cursos nas mais diversas áreas.

A oferta de vagas em cursos à distância tem ampliado nas universidades e escolas profissionalizantes. O acesso público e gratuito a tecnologias da informação contribui para que, desde crianças, moradores de regiões carentes desenvolvam habilidades e capacidades para realizarem cursos via internet.

A educação à distância é mais um exemplo de como projetos de inclusão digital podem contribuir para a inclusão social de pessoas que não tenham acesso à educação, não apenas devido à falta de recursos financeiros, mas também pelo fato de viverem em localidades distantes dos grandes centros.

Essas tecnologias estão aproximando pessoas que vivem em localidades com diferentes níveis de infraestrutura. O acesso gratuito à internet em vilas localizadas na zona rural que se dá através de telecentros comunitários está permitindo que essas populações tenham acesso ao mesmo nível de informação daquelas que vivem nos grandes centros.

Com a educação à distância essas pessoas tem a possibilidade de realizar cursos superiores e até pós-graduação sem a necessidade de mudarem para grandes cidades. Atualmente, uma pessoa que vive numa comunidade rural que tenha acesso à internet tem a possibilidade de atingir o mesmo nível educacional de quem vive nas grandes cidades.

Essa é mais uma forma do Estado ampliar a oferta de oportunidades a cidadãos que pertencem a diferentes classes sociais. Muitas pessoas deixam de ter acesso ao ensino superior porque não tem condições financeiras de se mudarem para outra localidade. A educação à distância também contribui para a inclusão social e redução das desigualdades na sociedade.

2.4 O PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO

O Projeto Computadores para Inclusão do Ministério das Comunicações tem como objetivo principal promover a inclusão digital e a formação de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e de públicos prioritários da política pública conduzida pelo Governo Federal. No projeto são realizadas oficinas, cursos, treinamentos e outras atividades formativas com foco no acondicionamento e manutenção de equipamentos de informática, e na conscientização ambiental sobre os resíduos eletroeletrônicos.

O Documento Propositivo elaborado pela Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações apresenta os seguintes objetivos específicos para os Centros de Acondicionamento de Computadores:

- Proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional, de ressocialização e de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social, buscando parcerias para sua inserção no mercado de trabalho, e a outros públicos prioritários da política pública de inclusão digital;

- Desenvolver atividades educacionais e de sensibilização em temáticas relacionadas à conscientização ambiental e ao lixo eletrônico;

- Captar doações, receber, armazenar, recondicionar e distribuir os equipamentos de informática para entidades selecionadas como beneficiárias;

- Separar e preparar para reciclagem ou descarte ambientalmente adequado equipamentos de informática inservíveis.

O Projeto Computadores para Inclusão proporciona a intensificação do processo de promoção da inclusão digital no Brasil, aliada à qualificação profissional e educacional de jovens em situação de vulnerabilidade, propiciando a sua integração social e cidadania. Ao prolongar a vida útil dos computadores, também permite a redução do impacto ambiental dos resíduos eletrônicos, sendo assim, o projeto apresenta impactos significativos em três áreas:

- Inclusão Digital: Os equipamentos reconicionados são distribuídos a entidades em comunidades de baixa renda que não possuem acesso a computadores, tais como escolas, bibliotecas públicas e centros comunitários.

- Qualificação profissional de jovens de baixa renda sujeitos a vulnerabilidade social: Os Centros de Recondicionamento de Computadores oferecem cursos de treinamento a jovens de baixa renda com a realização das atividades de recondicionamento de computadores. Após o treinamento esses jovens se habilitam a exercer atividades na área de informática. Sendo assim, o projeto contribui para a inserção de jovens no mercado de trabalho e geração de mão de obra qualificada.

- Redução de impactos ambientais: Os Centros de Recondicionamento de Computadores recebem doações de equipamentos de informática que seriam descartados pela população, reduzindo os impactos no meio ambiente com a produção de lixo. Esses equipamentos são utilizados nos cursos, onde os alunos aprendem a recuperar equipamentos que estão fora de uso.

Os alunos aprendem a montar e desmontar computadores e adquirem conhecimentos práticos sobre hardware.

Os computadores recebidos em doação são analisados e as peças consideradas aproveitáveis são utilizadas no recondicionamento de outros equipamentos.

Em alguns casos, o CRC adquire peças novas que possibilitam a recuperação de equipamentos.

O Projeto Computadores para Inclusão consiste em uma rede nacional de espaços de formação em inclusão digital chamados de Centros de Recondicionamento de Computadores – CRC.

Os Centros de Recondicionamento de Computadores são espaços físicos adaptados para a formação de jovens de baixa renda no processamento de equipamentos de informática usados, de modo a deixá-los em plenas condições de funcionamento.

Instalados em periferias de grandes cidades, os CRCs oferecem oportunidade de formação profissional para pessoas que vivem em seu entorno. Nos centros, jovens aprendem na prática a testar, consertar, limpar, configurar e embalar as máquinas. Os computadores prontos são doados a telecentros, bibliotecas e escolas públicas. Os CRCs providenciam o descarte ambientalmente correto das partes e resíduos não aproveitáveis.

O primeiro Centro de Recondicionamento de Computadores do Projeto Computadores para Inclusão, foi inaugurado em junho de 2006, em Porto Alegre-RS. Em

2007, foram inaugurados os CRCs Gama, em Brasília-DF, e Oxigênio, em Guarulhos-SP e em 2009, a unidade de Recife-PE. As unidades da Bahia e Pará foram criadas em 2010.

A unidade de Belo Horizonte - MG começou a funcionar em junho de 2008, na Associação Municipal de Assistência Social – AMAS situada na Rua José Clemente Pereira, nº 440, Bairro Ipiranga.

Sendo assim, o projeto é desenvolvido com a parceria de entidades privadas sem fins lucrativos que são habilitados para a execução do projeto. A escolha da entidade que será a executora do projeto ocorre através de um processo de chamamento público.

O Chamamento Público é um processo de seleção de entidades que serão beneficiárias de recursos públicos em convênios firmados com órgãos federais. Esse procedimento foi instituído pelo Decreto nº 6.170/2007, com o objetivo de selecionar projetos ou entidades que tornem mais eficaz a execução das políticas públicas. Com isso, espera-se que a Administração obtenha, de forma igualitária, impessoal e democrática, o melhor projeto, realizado pelo órgão ou entidade que tenha a capacidade adequada de realizá-lo, conforme prescrito no Art. 4º do Decreto nº 6.170/2007:

Art. 4º A celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos poderá ser precedida de chamamento público, a critério do órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

O projeto do CRC desenvolvido pela AMAS foi aprovado em processo de seleção do Aviso de Chamamento Público Nº 01/2010 – MC/MCT/MP para ser beneficiado pelos recursos do Governo Federal destinados ao acondicionamento de computadores no exercício financeiro de 2011.

2.5 REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

A concepção do Projeto Computadores para Inclusão teve como modelo o programa Computadores para Escolas (*Computers for Schools*) – CFS, criado pelo Governo do Canadá, com o apoio dos governos provinciais e doações de organizações não-governamentais e empresas, que oferecem trabalho voluntário, serviços e equipamentos.

O programa coleta, repara e distribui computadores doados por governos, associações, empresas e cidadãos e os encaminha para escolas públicas, centros de alfabetização, centros comunitários e organizações sem fins lucrativos.¹³

O programa também promove o desenvolvimento profissional de jovens na área de informática. Além disso, participam do programa de profissionais recém-formados, estudantes de escolas técnicas, voluntários e pessoas atendidas por programas de ressocialização, constituindo numa importante mão-de-obra para o projeto.

O Programa também realiza o descarte ecológico de componentes tais como baterias e metais poluentes, obtidos a partir do desmanche de equipamentos.

Inspirado na experiência canadense, também a Colômbia criou em 2000 o programa Computadores para Educar. O programa é conduzido pelo governo colombiano e conta com a parceria da entidade pública de formação técnica e apoio de parceiros privados. Os computadores recuperados são destinados para as escolas públicas colombianas. A partir de 2008, o programa passou a atuar também na gestão dos resíduos tecnológicos resultantes do processo de condicionamento.¹⁴

¹³ Disponível em: <<http://www.ic.gc.ca/eic/site/cfs-ope.nsf/eng/Home>> acesso em 15/11/2012.

3 RESULTADO DA PESQUISA

3.1 O PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO EM BELO HORIZONTE

O Projeto Computadores para Inclusão em Belo Horizonte é financiado com recursos do Ministério das Comunicações.

A cada exercício financeiro o Ministério das Comunicações abre um processo de chamada pública para selecionar uma instituição para ser parceira na execução do projeto e executar os recursos financeiros que são transferidos pela União.

Em Belo Horizonte, a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS, tem sido selecionada pelo Ministério das Comunicações para executar o projeto no município.

A Associação Municipal de Assistência Social – AMAS é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS como Entidade Beneficente de Assistência Social.

A AMAS foi criada no dia 23 de junho de 1979 com a finalidade de promoção da assistência social e dos direitos sociais no âmbito do Município de Belo Horizonte. Ela atua na complementação das políticas públicas de assistência social no âmbito do Município, cria e coordena programas e projetos sociais para promover o bem-estar social e contribuir na efetivação da cidadania de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de risco e de vulnerabilidade social.

A Entidade complementa políticas públicas municipais de assistência social, que buscam a igualdade, a justiça social e a garantia dos direitos humanos, através de soluções articuladas com diversos setores da sociedade.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.computadoresparaeducar.gov.co>> acesso em 15/11/2012

A AMAS é considerada a maior entidade de assistência social de Belo Horizonte. Nos anos de 2000, 2003 e 2006, a AMAS recebeu o Prêmio “Bem Eficiente”, concedido pela Kanitz e Associados, por ter sido escolhida como uma das 50 (cinquenta) maiores entidades de beneficência e assistência social do país.

Para analisar o percentual de jovens que foram inseridos no mercado de trabalho após participarem do projeto, decidiu-se restringir a análise ao ano de 2011, tendo em vista que esse projeto tem caráter anual.

A parceria entre a União e a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS foi celebrada mediante o Convênio nº 751188/2010, firmado em 29/12/2010.

O convênio teve como objeto o funcionamento do Centro de Recondicionamento de Computadores – CRC-BH Digital para a execução do Projeto Computadores para Inclusão e Telecentro.BR, por meio da oferta de equipamentos de informática recondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante e distribuídos em plenas condições operacionais para telecentros comunitários, bibliotecas, escolas públicas e projetos sociais.

Dentre outras metas, o plano de trabalho do convênio estabeleceu uma meta de Proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional e de ressocialização de 150 jovens durante o exercício de 2011.

Para execução do projeto, o Ministério das Comunicações efetuou o repasse de R\$371.000,00, sendo que, R\$ 267.556,00 foram destinados à etapa de formação profissional dos jovens.

O principal objetivo desse trabalho é identificar se os jovens que participaram do projeto foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Por isso, as pesquisas realizadas em campo, mediante entrevistas com os jovens egressos, buscaram principalmente identificar a ocupação profissional do jovem antes de participar do projeto e depois de ter realizado o curso.

Entretanto, o impacto do projeto no processo de inclusão social desse jovem depende da realização de uma pesquisa com um maior nível de profundidade.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Quando tratamos de avaliação de projetos sociais, é preciso que se discuta os limites que estão envolvidas na avaliação de ações nesse campo de atuação.

A professora Carla Bronzo alerta para os limites e as grandes dificuldades da avaliação de resultados e impactos em projetos sociais, devido à complexidade dos problemas não favorecer a implicação de causalidade de forma absoluta:

“Os resultados de impacto vem geralmente no longo prazo e são consequências de uma quantidade quase infinita de fatores de naturezas e origens distintas, Isolar os fatores predominantes, controlar condições e situações diversas e propor afirmações de causalidade taxativas, que não se mostrem espúrias, são requisitos que exigem conhecimentos e tecnologias mais duras do que as disponíveis no campo da avaliação dos projetos sociais.”

Carla Bronzo também ressalta que “é difícil estabelecer, com o mesmo grau de certeza existente nas ciências naturais, o peso e as conexões entre os diversos fatores na produção de um fenômeno social.” Segundo ela,

“Saber com exatidão e objetividade tudo o que confluíu para a produção dos resultados requer desenhos quase experimentais de pesquisa no campo social. Isso é que permite a atribuição de causalidade de forma mais consistente. Vários exemplos elucidam tais dificuldades. Em um projeto de qualificação profissional, cujo objetivo é propiciar inserção mais qualificada de jovens no mercado de trabalho, o fato dos egressos encontrarem-se empregados, depois de algum tempo, não significa necessariamente sucesso do projeto. A implantação de uma fábrica pode ter sido fator determinante, e não o projeto de qualificação. Nesse caso, a análise de efeitos e impactos do projeto ficou alterada pela presença desse fator externo à intervenção.”

No mesmo sentido, Inácio Cano¹⁵, ressalta que,

“Basicamente a avaliação de um programa social tem por finalidade determinar se o programa atingiu ou não os objetivos previstos. Em outras palavras, trata-se de comparar as dimensões relevantes em dois momentos do tempo, antes e depois da intervenção, para comprovar a mudança esperada. Porém, mesmo que a mudança tenha acontecido na direção prevista, isso não garante automaticamente que ela seja causada pelo programa. Isso porque as dimensões consideradas não são estáticas, podendo receber influência de uma série de fatores. Assim o importante é determinar a causadas mudanças.”

Segundo Ernesto Cohen a análise de impacto *ex-post* avalia se o projeto produziu mudanças em função dos objetivos do impacto estabelecidos e a magnitude dessa mudança. Ela é realizada mediante comparação entre o estado inicial da população-objetivo (linha de base) e o estado final ou situação existente após um período de tempo de operação do projeto (linha de comparação).

Neste trabalho, foi realizada a avaliação do Projeto Computadores para Inclusão em 2011 utilizando-se o modelo não-experimental. Os modelos não experimentais são utilizados quando a população-objetivo não pode ser comparada com o grupo de controle. Sendo assim, ele considera apenas a população beneficiária do projeto.

Dentre os modelos não experimentais foi adotado o modelo antes-depois, sendo verificada a situação de empregabilidade do jovem antes de ingressar no projeto e após sua saída do projeto.

Ernesto Cohen e Rodrigo Martínez¹⁶ definem um projeto social como sendo “a unidade mínima de alocação de recursos que através de um conjunto integrado de atividades

¹⁵ CANO, Inácio. Introdução à avaliação de programas sociais. 2 ed.- Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. 120 p.

¹⁶ COHEN, Ernesto & MARTINEZ, Rodrigo. Formulación, evaluación y monitoreo de proyectos sociales, Santiago: CEPAL/ONU, 2004, p. 29-41.

pretende transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um *déficit* ou solucionando um problema.”

Segundo esses autores os projetos devem cumprir as seguintes condições:

- Ter objetivos claramente definidos;
- Identificar a população-objetivo à qual está destinada;
- Estabelecer uma data de início e outra de término.

Sendo assim, pode-se analisar se o Projeto Comutadores para Inclusão cumpriu cada uma dessas condições:

Ter objetivos claramente definidos:

Quanto aos objetivos, eles estão claramente definidos, conforme encontra-se descrito no Documento Propositivo do projeto:

- Proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional, de ressocialização e de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social, buscando parcerias para sua inserção no mercado de trabalho, e a outros públicos prioritários da política pública de inclusão digital;
- Desenvolver atividades educacionais e de sensibilização em temáticas relacionadas à conscientização ambiental e ao lixo eletrônico;
- Captar doações, receber, armazenar, recondicionar e distribuir os equipamentos de informática para entidades selecionadas como beneficiárias;
- Separar e preparar para reciclagem ou descarte ambientalmente adequado equipamentos de informática inservíveis.

Esses objetivos envolvem três áreas de atuação, ambiental, inclusão digital e qualificação profissional. Apesar de envolver três diferentes áreas, suas atividades não são

dirpersas. Elas estão relacionadas e se complementam na realização do objetivo maior do projeto que é a inclusão social.

As oportunidade de qualificação profissional foram geradas com o oferecimento de cursos gratuitos a jovens de baixa renda que não tinham condições financeiras de arcar com os custos de uma qualificação profissional. O projeto também gerou oportunidades de emprego, pois muitos desses jovens foram encaminhados para trabalharem nos projetos sociais desenvolvidos pela própria prefeitura. Outros foram encaminhados para empresas que prestam serviços em outras áreas.

Além de oferecer a qualificação profissional, o projeto buscou conscientizar esses jovens da importância do descarte correto do lixo eletrônico e da necessidade de redução do seu impacto no meio ambiente.

Sendo assim, os equipamentos recondicionados contribuíram para a redução dos impactos no meio ambiente, pois deixaram de ser descartados incorretamente e foram reaproveitados em outros equipamentos. Esses equipamentos também serviram como material de aprendizagem nas aulas de informática do jovens. Por fim, os equipamentos foram doados para projetos de inclusão social.

População-Objetivo:

O projeto social deve ter ter uma população objetivo, definida por pertencer a uma faixa etária, uma localização geográfica e uma carência específica.

O Projeto Computadores para Inclusão atende a essa condição, pois é direcionado para jovens moradores do município de Belo Horizonte, de baixa renda, sujeitos a vulnerabilidade social.

A definição da população-objetivo nos remete à questão da focalização dos programas sociais.

Um programa social é considerado focalizado quando aloca a maior proporção dos recursos à parcela da população mais vulnerável, de modo a reduzir a pobreza e a desigualdade social. Um elevado grau de focalização é alcançado mediante um adequado sistema de seleção dos beneficiários.¹⁷

O Projeto Computadores para Inclusão apresentou um elevado grau de focalização, pois seleciona seus beneficiários em programas sociais da prefeitura municipal, identificando os jovens que não tem condições de custearem um curso de qualificação profissional na área.

Por outro lado, a forma de distribuição dos equipamentos que são recondicionados também revela um elevado grau de focalização, pois são distribuídos unicamente para entidades que desenvolvem projetos de inclusão digital, oferecendo acesso à tecnologias da informação a pessoas carentes que não tem condições de pagarem pelo acesso.

No início do ano, a entidade que coordena o projeto, no caso, a Associação Municipal de Assistência Social, realiza um processo de seleção de jovens que serão beneficiados pelo projeto. Os jovens que se candidatam às vagas no curso são selecionados por assistentes sociais que avaliam se os jovens são de baixa renda e se estão sujeitos a algum tipo de vulnerabilidade social.

Muitos dos jovens que frequentam o Projeto já são oriundos de outros programas sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e já são encaminhados pela rede de proteção básica de assistência social do município, através dos CRAS.

¹⁷ **BARROS**, Ricardo paes de; **CARVALHO**, Mirela de; **FRANCO**, Samuel; **MENDONÇA**, Rosane. A Importância das Cotas para a Focalização do programa Bolsa Família. Bolsa Família 2003-2010:avanços e desafios/organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: Ipea, 2010. 2v. (366p.)

Os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, também conhecidos como Casa das Famílias, são grande parceiros na divulgação das vagas nos cursos do projeto. O CRAS é a unidade pública municipal de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção básica às famílias. Essas unidades foram criadas pela Lei nº 12.435, de 06/07/2011, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Sendo assim, cada CRAS é responsável por um conjunto de famílias referenciadas. Família referenciada é aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pactuadas com estados e municípios.

A atuação desses centros é muito importante para que jovens sujeitos a vulnerabilidade social sejam informados da existência do projeto e da abertura de vagas nos cursos de qualificação.

Esses jovens são avaliados por assistentes sociais que analisam se o jovem se enquadra no público- alvo do projeto.

Os jovens selecionados são jovens que não tem condições de arcarem com o custo de um curso de qualificação profissional. Muitos deles ainda não conseguiram obter uma colocação no mercado de trabalho devido a sua baixa qualificação. Outros, apesar de estarem trabalhando, exercem atividades de baixa remuneração que não lhes permite arcar com um curso de profissionalização nem curso superior. Muitas vezes, esse trabalho também, não oferece oportunidade de crescimento profissional. Sendo assim, esse jovem não conseguirá sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontra. Ele não vê perspectivas de futuro nem de ascensão social, pois não tem como acessar melhores postos de trabalho no mercado de trabalho.

Conforme já mencionado anteriormente, a inserção do jovem no mercado de trabalho é essencial para que ele se sinta integrado na sociedade, pois o trabalho constitui numa das formas de participação e integração do indivíduo à sociedade.

A desigualdade social presente em nossa sociedade é demonstrada pelo fato de que pessoas menos favorecidas não conseguem melhorar sua situação econômica e social por que não tem condições de arcar com os custos envolvidos na capacitação profissional que lhes permitiria a acessão social.

Isso nos remete às teorias de John Rawls, citadas no início desse trabalho, que enfatizaram a necessidade de haver um equilíbrio nas relações sociais e que as desigualdades econômicas e sociais permitam que indivíduos menos favorecidos tenham capacidade de ascensão social e melhorem suas posições.

Nesse diapasão, o Projeto Computadores para Inclusão está contribuindo para que indivíduos menos favorecidos tenham capacidade de melhorarem suas posições na sociedade. Na medida em que, jovens são qualificados e conseguem obter melhores postos de trabalho, eles podem investir mais em sua formação, ter acesso ao ensino superior e disputar melhores postos de trabalho.

Isso contribuiu para corrigir uma situação de desequilíbrio existente em nossa sociedade e promover melhor justiça social.

Estabelecer uma data de início e outra de término:

Esse requisito também foi atendido, pois o projeto tem um período de execução de 12 meses. Apesar de já estar em execução desde 2008, o planejamento do projeto é realizado anualmente. A cada ano, é firmado um novo convênio com o Ministério das Comunicações que destina um montante de recursos que deve ser aplicado no exercício financeiro. No plano

de trabalho desse convênio, são estabelecidas as metas que devem ser atingidas pela entidade executora naquele ano.

Em 2010, O Ministério das Comunicações e a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS, celebraram o Convênio nº 751188/2010 para que as atividades do Centro de Recondicionamento de Computadores fossem executadas no ano de 2011.

O convênio teve como objeto o funcionamento do Centro de Recondicionamento de Computadores – CRC-BH Digital para a execução do Projeto Computadores para Inclusão e Telecentro.BR, por meio da oferta de equipamentos de informática recondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante e distribuídos em plenas condições operacionais para telecentros comunitários, bibliotecas, escolas públicas e projetos sociais.

As metas tiveram como prazo de execução 12 meses. Dentre elas, o plano de trabalho do convênio estabeleceu uma meta de Proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional e de ressocialização de 150 jovens durante o exercício de 2011. Para a execução dessa meta foram destinados R\$ 267.556,00 do total dos R\$371.000,00 destinados ao convênio.

Essa periodicidade faz com que a cada ano, a entidade tenha que realizar um planejamento anual de atividades e atingir metas que são pactuadas com o Governo. Além disso, no término de cada convênio, a entidade é obrigada a realizar um processo de prestação de contas, comprovando que as metas pactuadas foram atingidas e como os recursos financeiros recebidos foram utilizados.

Essa também é a forma do Poder Público exercer um controle sobre a execução dos recursos financeiros pela entidade.

Por se tratar de um projeto cuja gestão financeira é feita por uma entidade privada, é preciso que o Poder Público tenha instrumentos para realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades do projeto.

Problemas com prestação de contas podem impedir que a entidade seja beneficiada por recursos financeiros no próximo ano.

Por isso, todos os anos é realizada uma prestação de contas, mediante apresentação de documentos fiscais, relatórios de acompanhamento do objeto do convênio e outros documentos. Esses documentos são encaminhados ao Ministério das Comunicações que os analisa e procede a aprovação da prestação de contas.

Sendo assim, a entidade tem a consciência de que se as metas pactuadas não forem cumpridas, ela pode não ser beneficiada com recursos no próximo ano.

3.2.1 RESULTADOS APONTADOS PELAS ENTREVISTAS

Para avaliar como o Projeto Computadores para Inclusão cumpriu seus objetivos no exercício de 2011, optou-se pela realização de entrevistas com os jovens egressos do projeto naquele ano.

A Associação Municipal de Assistência Social – AMAS não realiza o acompanhamento dos egressos dos cursos realizados no Centro de Recondicionamento de Computadores. Ela tem um controle da seleção dos jovens que participaram do projeto, mas não tem dados consolidados sobre a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Muitos desses egressos são absorvidos nos próprios projetos sociais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, atuando como monitores e instrutores em Telecentros Comunitários e laboratórios de escolas públicas. Alguns deles foram absorvidos no próprio CRC e estão trabalhando como instrutores dos cursos.

Como a entidade não tinha dados da inserção dos egressos no mercado de trabalho foi solicitado à entidade que fornecesse a relação de alunos que realizaram cursos no projeto em 2011.

O Centro de Recondicionamento de Computadores de Belo Horizonte informou que em 2011 realizou cinco modalidades de cursos, nos quais foram formados 154 alunos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Cursos de formação profissional realizados no CRC - BH

Ano 2011

Curso	Carga horária	Quantidade de Alunos
Noções de Hardware e Noções de Rede - Formação de Agente de Informática	40 h e 60 h	81
Formação Inicial de Monitores Telecentros BR	40 h	28
Formação Inicial de Monitores de Telecentros BH Cidadania	100 h	9
Montagem e Manutenção de Computadores	220 h	21
Informática Básica	180 h	15
Total		154

Fonte: Associação Municipal de Assistência Social - AMAS

A partir dessa relação de jovens beneficiários do projeto, foi selecionada uma amostra aleatória simples com nível de confiança de 95%%, resultando em 60 egressos a serem entrevistados. Dos sessenta jovens egressos selecionados, foi possível entrevistar 41, não sendo localizados 19 egressos.

As entrevistas foram realizadas no período de 08/11/2012 a 11/11/2012 e revelaram que dos 41 entrevistados, 36 estavam trabalhando, o que representa uma taxa de inserção de 87,80%.

Dos cinco egressos que não estavam trabalhando, dois deles tinham sido inseridos no mercado de trabalho após a realização do curso, mas ficaram desempregados após um período. Se considerados esses dois egressos que foram inseridos no mercado logo após a realização do curso, essa taxa de inserção sobe para 92,68%.

Essa elevada taxa de inserção indica um alto grau de sucesso do projeto no atingimento de seus objetivos.

O quadro a seguir demonstra a distribuição dos jovens egressos de acordo com a ocupação:

**Ocupação profissional dos jovens egressos do projeto Computadores para
Inclusão no município de Belo Horizonte**

Ano 2012

Ocupação Profissional	Quantidade
Agente/Monitor de Informática	24
Autônomo (área de informática)	01
Operador de Caixa	01
Recepcionista	01
Estagiário (área de Administração)	01
Auxiliar em Escola Infantil	01
Telemarketing	03
Vendas	02
Área financeira	01
Orçamento	01
Total	36

Fonte: Entrevistas realizadas em Novembro/2012.

Dos 36 jovens que estavam trabalhando no período das entrevistas, 24 estavam trabalhando como Agente ou Monitor de Informática em projetos sociais da própria Prefeitura, o que demonstra que 66,67% dos jovens que foram inseridos no mercado de trabalho, foram absorvidos nos próprios projetos sociais da prefeitura.

Observou-se também que nem todos os egressos estavam trabalhando especificamente na área de informática. Esse fato não pode ser considerado como desvio de finalidade do projeto, pois as tecnologias de informação são ferramentas utilizadas nas mais diversas atividades profissionais. O fato do egresso ter conhecimentos de informática contribui para que ele consiga também colocação no mercado em outras áreas que utilizam essas ferramentas.

Os entrevistados que estavam trabalhando em outras áreas afirmaram acreditar que o curso contribuiu para que ele adquirisse aquele novo posto no mercado de trabalho.

Outro aspecto a ser considerado, é que o projeto valoriza a formação cidadã dos alunos. No projeto os alunos aprendem a se relacionar profissionalmente com colegas, a ter disciplina e comprometimento com horários, tarefas e instituições.

Dentre os 41 entrevistados, cinco não estavam trabalhando no momento da realização das entrevistas. Dois deles afirmaram que tinham conseguido emprego logo após a realização do curso, mas que ficaram desempregados após um período.

Esse número de pessoas que não estavam trabalhando indica que 12 % dos egressos não foram inseridos no mercado de trabalho. Ressalta-se que, esse índice pode não ser um indicador de insucesso do projeto, mas pode estar relacionado a outras causas, externas á sua concepção. Como foi mencionado no início desse trabalho, as estratégias de inclusão social devem levar em consideração os diferentes tipos de vulnerabilidade de capacidade dos

indivíduos, o que explica porque pessoas que participaram de um mesmo projeto que visava à inclusão social não obtiveram o mesmo grau de sucesso que os demais participantes. Para se identificar questões dessa natureza, seria necessário a realização de uma pesquisa e um diagnóstico socioassistencial mais profundo que extrapola os limites deste trabalho.

As entrevistas revelaram que dos 41 entrevistados, 17 não estavam trabalhando antes de ingressarem no projeto e que após a realização do curso conseguiram colocação no mercado de trabalho, ou seja 41,46% dos entrevistados obtiveram o primeiro emprego após participarem do projeto.

O projeto teve um elevado grau de sucesso na inserção de jovens que nunca tinham exercido atividade remuneratória anteriormente, ajudando-os a obter o primeiro emprego.

Esses dados reforçam o papel de inclusão social que o projeto tem promovido. O projeto ofereceu uma oportunidade de qualificação profissional a jovens que não tinham condições de arcar com os custos dessa qualificação. Após realizarem o curso, esses jovens tiveram acesso a melhores postos de trabalho que exigem maior qualificação. A partir daí esses jovens poderão buscar mais qualificação e melhores oportunidades e meios de financiarem uma educação superior.

Isso demonstra como o Estado pode utilizar recursos públicos para promover a ascensão social de pessoas menos favorecidas e incentivar a qualificação de mão de obra.

Como já foi mencionado, John Rawls em suas teorias da justiça defendeu a existência de instituições que assegurem aos indivíduos saídos de todos os grupos sociais as mesmas oportunidades de acesso aos diversos níveis de educação. O Projeto Computadores para Inclusão está contribuindo para que esses jovens provenientes de grupos sociais menos favorecidos tenham acesso a um melhor nível de formação profissional.

Essa política contribui para interromper os ciclos intergeracionais de pobreza, pois esses jovens terão oportunidade de conseguirem melhores postos de trabalho que seus pais tiveram e por conseguinte, poderão garantir uma melhor formação educacional para seus filhos.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho, foi discutida a contribuição do Projeto Computadores para Inclusão na inserção de jovens no mercado de trabalho no município de Belo Horizonte em 2011.

Conforme já mencionado, a avaliação de projetos sociais apresenta limites devido à complexidade e natureza do campo social. Sendo assim, não se buscou aqui realizar uma avaliação exaustiva do impacto produzido pelo projeto na vida dos jovens que participaram do projeto.

Os cursos oferecidos pelo Centro de Recondicionamento de Computadores são de curta duração e não se poderia esperar uma grande mudança na vida desses jovens devido à participação no projeto. Entretanto, percebe-se que o projeto dá uma relevante contribuição para que o jovem continue a buscar o aperfeiçoamento profissional e pessoal.

Os resultados das entrevistas realizadas apontaram uma elevada taxa de inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho, demonstrando que após a realização do curso eles conseguiram obter uma melhor colocação no mercado de trabalho, passando a realizar uma atividade profissional mais especializada. Além disso, muitos desses jovens obtiveram o primeiro emprego após realizar o curso.

O sucesso do Projeto Computadores para Inclusão depende de uma adequada formatação das atividades pedagógicas nele desenvolvidas. Por isso, os cursos ministrados precisam estar de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e oferecer condições

para que os alunos adquiram uma qualificação profissional capaz de inserí-los no mercado de trabalho.

Apesar do projeto atuar em três áreas, inclusão digital, qualificação profissional e ambiental, ele é coordenado por apenas um órgão, o Ministério das Comunicações. Entretanto, o Projeto Computadores para Inclusão poderia ser tratado com uma política intersetorial, com a participação de outros órgãos na sua formulação e implementação.

A participação de outros órgãos na gestão desse projeto, poderia contribuir para seu aprimoramento com a ampliação do volume de recursos financeiros destinados. O Ministério do Trabalho e Emprego poderia participar da cogestão do projeto com a destinação de recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador nas atividades de capacitação, ampliando assim, o volume de recursos para a capacitação de mais jovens no projeto.

O Ministério do Meio Ambiente também poderia destinar recursos ao projeto e incrementar as atividades de redução dos impactos dos lixos eletrônicos, bem como ampliar a realização de oficinas de educação ambiental, não apenas com os alunos do projeto, mas também incentivar que esses jovens atuem como multiplicadores em educação ambiental.

O Projeto Computadores para Inclusão é pouco conhecido pela população. Por isso, recursos do Ministério do Meio Ambiente poderiam ser utilizados para promover a divulgação do projeto e incentivar a população a doar equipamentos ao CRC, como forma de reduzir o descarte incorreto de lixo eletrônico.

Projetos dessa natureza devem ser incentivados e receber mais investimentos por parte do Governo, pois promovem a inclusão de jovens na sociedade, contribuindo para interrupção dos ciclos intergeracionais de pobreza.

O que se espera da política social é que ela contribua para que os cidadãos sujeitos à vulnerabilidade social sejam incluídos na sociedade. Mas essa inclusão não se deve dar de uma forma inferior, marginal. Não se espera que essas pessoas sejam incluídas como eternos

dependentes de benefícios sociais do Governo e sim que elas sejam incluídas como cidadãos capazes de exercer uma atividade profissional que lhes faça sentir integrados à sociedade. Não se espera que essas pessoas sejam incluídas como pessoas pertencentes a uma camada inferior e dependente, mas sim que elas sejam incluídas e reconhecidas como cidadãos capazes de exercerem seus direitos, capazes de lutar e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e digna para todos.

5. BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ricardo Paes de; **CARVALHO**, Mirela de; **FRANCO**, Samuel; **MENDONÇA**, Rosane. A Importância das Cotas para a Focalização do programa Bolsa Família. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios/organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: IPEA, 2010. 2v. (366p.)

BRASIL. Ministério das Comunicações. Projeto Computadores para Inclusão - Documento Propositivo. / Ministério das Comunicações– Brasília, DF: MC, 2011.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Projeto Computadores para Inclusão - Documento Propositivo. / Ministério das Comunicações– Brasília, DF: MC, 2012.

BRASIL. Oficinas de Planejamento Estratégico - RELATÓRIO CONSOLIDADO - Comitês Técnicos”, Comitê Executivo do Governo Eletrônico, Maio de 2004, pp. 12-14.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Qualificação – PNQ – Brasília : MTE, SPPE, 2011. 35 p.

CALMON, Paulo Carlos Du Pin; **COSTA**, Marcelo Marchesini da. Análise de Políticas Públicas no Brasil: Estudos sobre a formação da Agenda Governamental. XXXI EnANPAD, Rio de Janeiro. 2007

CANO. Inácio. Introdução à avaliação de programas sociais. 2 ed.- Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. 120 p.

COHEN, Ernesto & **MARTINEZ**, Rodrigo. Formulati6n, evaluaci6n y monitoreo de proyectos sociales, Santiago: CEPAL/ONU, 2004, p. 29-41.

FERREIRA. Maria Inês Caetano. *A ronda da pobreza: viol6ncia e morte na solidariedade.* **Novos Estudos CEBRAP** N° 63, julho 2002, pp 167-177.

GALUPPO, Marcelo Campos. Metodologia da Pesquisa / Marcelo Campos Galuppo. - Belo Horizonte : PUC Minas Virtual, 2007. 66 p.

GOMÀ, Ricardo. Processos de exclus6o e pol6ticas de inclus6o social: algumas reflex6es conceituais. *In: Gest6o social: o que h6 de novo?/ organizaç6o Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa .* Belo Horizonte: Fundaç6o Jo6o Pinheiro, 2004. 2v.: il.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. (Re)pensando a pesquisa jur6dica: teoria e pr6tica/Miracy Barbosa de Souza Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates e **INOJOSA**, Rose Marie. Descentralização e Intersetorialidade na Gestão das Políticas Públicas. IN: XI Concurso de Ensayos Del CLAD “Él tránsito de Lacultura burocrática al modelo de La gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”. Caracas, 1997.

MAGALHÃES, Edgar Pontes de. Inclusão Social e Intersetorialidade: O Longo Caminho dos Princípios às Estratégias de Ação. *In: Gestão social: o que há de novo?/ organização Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. 2v.: il.*

MENICUCCI, Telma M. G. Intersetorialidade: o desafio atual para as políticas sociais. Pensar BH: Política Social, Belo Horizonte, n.3, 1, p.10-14, maio/jul. 2002.

VAN PARIJS , Philippe. O que é uma Sociedade Justa? São Paulo: Ática, 1997 {1990}.

RAWLS , John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: O estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45